

Ministério da Justiça recomenda fim da revista íntima em presídios

Wilson Dias/Agência Brasil

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária recomendou, em resolução publicada nesta terça-feira (2/9) no [Diário Oficial da União](#), o fim da revista íntima nos presídios brasileiros. A prática é considerada "vexatória, desumana ou degradante". O conselho pede o fim do desnudamento (parcial ou total), da introdução de objetos nas pessoas revistadas, dos agachamentos ou saltos e do uso de cães ou animais farejadores durante o procedimento.

No texto, o conselho (ligado ao Ministério da Justiça) orienta que a revista pessoal seja feita com o uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio X, *scanner* corporal, por exemplo. A revista manual também poderá ser feita apenas em casos excepcionais, quando a tecnologia não for suficiente para identificar armas, explosivos, drogas e outros objetos ilícitos.

A resolução não tem força de lei, mas deverá orientar as autoridades penitenciárias estaduais a acabar com os procedimentos de revista vedados pelo conselho. O conselho argumenta que levou em conta "a necessidade de coibir qualquer forma de tratamento desumano ou degradante, expressamente vedado na Constituição Federal" e "a necessidade de manter a integridade física e moral dos internos, visitantes, servidores e autoridades" no sistema penitenciário brasileiro.

"A necessidade de prevenir crimes no sistema penitenciário não pode afastar o respeito ao Estado Democrático de Direito", destaca a resolução, que também prevê que a revista pessoal em crianças e adolescentes seja autorizada pelo representante legal e ocorra na presença do responsável. *Com informações da Agência Brasil.*

Meta Fields

